

101

Advogado

Data da prova:

domingo, 17/11/2024
(turno matutino)

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno contendo as provas objetiva e discursiva. A prova objetiva é composta por 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O jardim do semelhante.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de provas, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva, o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas somente quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para a realização das provas.
- Após o término das provas, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação das provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhum momento das provas.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS
Questões de 1 a 20LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL
Questões de 1 a 8

QUESTÃO 1

Demografia Médica

A Demografia Médica 2023, lançada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), mostra que o Brasil possui médicos ativos, com registro nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM), em número absoluto suficiente para atender às necessidades da população. Mas, apesar do significativo contingente, um dos maiores do mundo, ainda há um cenário de desigualdade na distribuição, na fixação e no acesso aos profissionais. As distorções acontecem sob diferentes ângulos.

Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/noticias/brasil-possui-medicos-em-quantidade-suficiente-para-atender-demandas-da-populacao>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Considerando o modo de organização das sequências linguísticas do texto, é correto afirmar que nele predomina a

- (A) dissertação, porque tem como foco a apresentação dos dados referentes ao aumento do contingente de médicos ativos no Brasil.
- (B) narração, visto que apresenta uma sequência de acontecimentos dentro de um recorte temporal.
- (C) descrição, uma vez que tem como finalidade principal propor uma reflexão acerca da carência de médicos ativos no Brasil.
- (D) dissertação, pois apresenta um posicionamento diante do fato divulgado pela Demografia Médica 2023.
- (E) narração, já que defende que o contingente de médicos ativos no Brasil é suficiente para atender às necessidades da população.

QUESTÃO 2

Atesta CFM

De mãos dadas com a tecnologia, o Conselho Federal de Medicina (CFM) avança na proteção da prática médica e no combate às fraudes na emissão de atestados. Com a plataforma Atesta CFM, médicos, pacientes e empregadores contam com uma solução segura e eficiente, que respeita todas as normas legais e éticas.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/consehofederaldemedicina>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Com base nas questões gramaticais que envolvem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo após o termo “De mãos dadas com a tecnologia”, o uso da vírgula é opcional.
- (B) O uso do sinal indicativo de crase passaria a ser inviável no trecho “no combate às fraudes”, caso a estrutura sublinhada fosse substituída pela construção **a todas as fraudes**.

- (C) Na sequência “médicos, pacientes e empregadores”, o emprego da vírgula é opcional diante do vocábulo sublinhado.
- (D) A construção **têm a disposição** está totalmente de acordo com a norma-padrão, por isso poderia substituir a estrutura “contam com”.
- (E) Caso julgasse necessário, o autor poderia substituir a forma “que respeita” pela redação **que propõe-se a respeitar**, que está correta quanto à colocação do pronome sublinhado e ao uso do sinal indicativo de crase.

QUESTÃO 3

Ética no contexto profissional

Quando participamos de um processo seletivo para determinado cargo, algumas empresas apresentam sua missão e seus valores, a fim de encontrar um colaborador que se enquadre no perfil desejado por elas. A partir da contratação, o profissional já sabe que haverá normas de conduta em relação à sua área de trabalho, bem como em relação às pessoas que a integram. Nesse sentido, ser ético profissionalmente é contribuir para o bom andamento das atividades e beneficiar o clima organizacional de forma sadia e harmoniosa. Agir no ambiente de trabalho, e fora dele, como gostaríamos que agissem conosco é um ótimo exemplo de ética.

MARTINS, Luciane Alves Branco. Disponível em: <<https://blog-educacao.sesirs.org.br/a-etica-no-ambiente-de-trabalho/>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Considerando as regras de concordância prescritas pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

- (A) A autora poderia, caso julgasse necessário, empregar a redação **bastante empresas** no lugar da construção “algumas empresas”.
- (B) A forma verbal “apresentam” deveria, obrigatoriamente, ser empregada na terceira pessoa do singular, caso o sujeito “algumas empresas” fosse substituído pela construção **a maior parte das empresas**.
- (C) O pronome sublinhado na oração “que se enquadre no perfil desejado por elas” poderia ser substituído pela forma **a qual**.
- (D) A forma verbal “haverá” poderia ter sido empregada no plural.
- (E) No lugar da forma verbal “haverá”, a autora poderia empregar a construção **existirão**.

Área livre

QUESTÃO 4



vidadesuporte.com.br

Disponível em: <https://vidadesuporte.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Suporte_2522.jpg>. Acesso em: 22 set. 2024.

A tirinha lida tem como propósito principal

- (A) defender a naturalização da fofoca no ambiente de trabalho.
- (B) propor uma reflexão a respeito da fofoca envolvendo colegas de trabalho.
- (C) discutir as razões para a existência da fofoca no ambiente de trabalho.
- (D) apresentar os aspectos positivos e negativos da fofoca entre colegas de trabalho.
- (E) expor uma situação em que a fofoca entre colegas de trabalho é saudável.

QUESTÃO 5

Nota do Conselho Federal de Medicina aos médicos e à população

O Conselho Federal de Medicina (CFM) é uma autarquia federal de direito público que tem como principal competência garantir à população boas condições de assistência em saúde, e não um órgão corporativo da categoria médica. É a instituição reguladora da Medicina no Brasil e suas resoluções devem, obrigatoriamente, ser cumpridas por todos os médicos brasileiros. O CFM é a instituição que tem a competência legal de autorizar qual o tratamento que pode ou não ser feito no País.

Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/wp-content/uploads/2021/03/notaoficialcfmovid.25.03.2021.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Assinale a alternativa que reproduz a mensagem mais compatível com o texto.

- (A) O CFM não é um órgão corporativo da categoria médica, mas, sim, uma autarquia federal de direito público cuja principal competência é garantir à população boas condições de assistência em saúde.
- (B) O CFM é uma autarquia federal de direito público com a competência principal de garantir à população boas condições de assistência em saúde, e não somente um órgão corporativo da categoria médica.

- (C) O CFM não só é uma autarquia federal de direito público que tem como principal competência garantir à população boas condições de assistência em saúde, mas é também um órgão corporativo da categoria dos médicos.
- (D) O CFM é a entidade que regula a Medicina no Brasil e, no entanto, suas resoluções devem, impreterivelmente, ser cumpridas por todos os médicos brasileiros.
- (E) O CFM, apesar de ter como principal compromisso garantir à população boas condições de assistência em saúde, é a instituição que tem a competência legal de autorizar quando um tratamento pode ou não ser feito no Brasil.

QUESTÃO 6

Empatia no ambiente de trabalho

A empatia é a capacidade de compreender e compartilhar os sentimentos dos outros. Ela nos permite não apenas enxergar o mundo a partir de diferentes perspectivas, mas também nos ajuda a nos conectar em um nível mais profundo com as experiências e as emoções das pessoas ao nosso redor. No ambiente profissional, a empatia desempenha um papel vital, aprimorando a comunicação eficaz e servindo como base para a colaboração bem-sucedida e a resolução construtiva de conflitos.

ZANETTA, Cristiano.

Disponível em: <<https://exame.com/bussola/desvendando-o-valor-da-empatia-e-da-compaixao-em-sua-jornada-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Acerca das relações entre as classes de palavras no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome “Ela” retoma o termo “A empatia”, por isso poderia, sem alterar a relação de sentido original, ser substituído pelo equivalente **Aquela**.
- (B) A substituição do artigo definido sublinhado na construção “o mundo” pelo indefinido **um** preservaria o sentido original.
- (C) O vocábulo sublinhado no trecho “em um nível **mais** profundo” é um advérbio que modifica o sentido do adjetivo “profundo”, acrescentando-lhe a ideia de intensidade.
- (D) A exclusão do adjetivo “profissional” não comprometeria a informação original.
- (E) A predominância de verbos no presente do indicativo justifica-se pela referência a fatos tidos como hipotéticos no momento em que o autor se pronuncia.

Área livre

QUESTÃO 7

Por que é importante ser proativo no trabalho?

A proatividade no trabalho é fundamental por diversas razões. Primeiramente, ela impulsiona a eficiência e a produtividade, pois os funcionários proativos não esperam ser direcionados em todas as tarefas. Eles buscam oportunidades de melhorar processos e resolver problemas por conta própria. Além disso, a proatividade contribui para um clima organizacional mais positivo, pois demonstra comprometimento e engajamento por parte dos colaboradores. Eles se tornam agentes de mudança, inspirando colegas e influenciando positivamente a cultura da empresa.

Disponível em: <<https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/como-ser-mais-proativo-no-trabalho-dicas-para-aumentar-sua-proatividade/>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

De acordo com as informações do texto e a regência dos verbos e dos nomes nele utilizados, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “por diversas razões” poderia, conforme a norma-padrão, ser substituído pela redação **devido diversas razões**.
- (B) De acordo com a regência do verbo **esperar**, a preposição **a** poderia ser empregada entre as formas verbais no trecho “não esperam ser”.
- (C) A redação **para todas as tarefas** está correta segundo a regência do vocábulo “direcionados”, por isso preserva o sentido da construção “em todas as tarefas”.
- (D) As redações “contribui para um clima organizacional mais produtivo” e **contribui com um clima organizacional mais produtivo**, embora veiculem informações diferentes, estão de acordo com a norma-padrão.
- (E) O trecho “Eles se tornam agentes de mudança” poderia, de acordo com a norma-padrão, ser reescrito da seguinte maneira: **Eles chegam no nível de agentes de mudança**.

QUESTÃO 8

O que é redação oficial

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o poder público redige comunicações oficiais e atos normativos. A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Tendo como referência o contexto e a finalidade da redação oficial e o que prescreve o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) O período **Uma vez verificado, após longa e extenuante investigação, no mês de setembro de 2024, o problema relativo à atuação de médicos na zona rural do Distrito Federal, que fica a 8 km do Gama, a grande maioria da população daquela equipe que esteve no local já citado antes decidiu pela reorganização, necessária e imprescindível, da escala de trabalho dos trabalhadores plantonistas daquela região.**, está totalmente adequado à linguagem que deve ser utilizada no contexto da correspondência oficial.
- (B) Apenas em caráter excepcional, os assuntos dos expedientes oficiais podem ser tratados de outra forma que não seja a estritamente impessoal.
- (C) No vocativo dos textos oficiais dirigidos aos chefes de poder, deve-se utilizar a expressão **Excelentíssimo Senhor** ou **Excelentíssima Senhora** e o cargo respectivo, seguidos de vírgula. Já, quando se dirigem às demais autoridades, mesmo aquelas tratadas por **Vossa Excelência**, deve ser utilizada a forma **Senhor** ou **Senhora**, seguida do cargo respectivo.
- (D) No padrão ofício, o local e a data do documento oficial devem estar alinhados à margem esquerda da página e apresentar a seguinte composição: nome da cidade onde foi expedido, seguido de vírgula, dia do mês, nome do mês, com inicial maiúscula, e os dois últimos dígitos do ano de expedição.
- (E) O fecho **Atentamente** deve ser empregado para todas as modalidades de expedientes oficiais.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CFM Questões de 9 a 16

QUESTÃO 9

Com base na Lei nº 3.268/1957, que trata dos conselhos de medicina, assinale a alternativa correta.

- (A) Os brasileiros naturalizados não podem candidatar-se para concorrer às eleições dos conselhos regionais.
- (B) O médico poderá concorrer à vaga de conselheiro federal, desde que seja conselheiro no conselho regional de medicina no qual está inscrito.
- (C) O mandato dos membros dos conselhos regionais de medicina será meramente honorífico e durará dois anos, sendo vedada a recondução.
- (D) Nas eleições dos conselhos, o voto será pessoal, secreto e facultativo.
- (E) As eleições para os conselhos regionais serão feitas sem discriminação de cargos.

Área livre

QUESTÃO 10

De acordo com o Decreto nº 44.045/1958, que aprova o regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina, no que se refere ao Conselho Federal de Medicina, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conselheiros suplentes somente poderão participar das sessões plenárias após regular convocação e na ausência do conselheiro efetivo.
- (B) Compete ao Conselho Federal de Medicina publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados.
- (C) O quórum para as sessões plenárias do Conselho Federal de Medicina será de vinte conselheiros efetivos.
- (D) Os conselheiros indicados pela Associação Médica Brasileira, exceto em caso de renúncia, poderão ser substituídos no curso do mandato.
- (E) Os modelos das carteiras profissionais fixados pelos conselhos regionais de medicina devem ser submetidos à aprovação do Conselho Federal de Medicina.

QUESTÃO 11

Nos termos do Regimento Interno do Conselho Federal de Medicina (Resolução CFM nº 1.998/2012), acerca das Comissões e Câmaras Técnicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão de Licitações tem caráter transitório, sendo instaurada de acordo com as necessidades de compras e contratos.
- (B) Médicos não pertencentes ao corpo de conselheiros do CFM não podem integrar as comissões transitórias.
- (C) A Comissão de Licitações é competente para verificar os comprovantes dos recebimentos, subvenções, contribuições e alienações.
- (D) A Comissão de Tomada de Contas é constituída por três membros da diretoria, eleitos pelo plenário.
- (E) Os pareceres da Comissão de Tomada de Contas serão apreciados pelo plenário do Conselho, sendo que os respectivos relatórios deverão ser apresentados no plenário pelo tesoureiro.

QUESTÃO 12

Conforme as determinações da Resolução CFM nº 1.998/2012, o conselheiro corregedor tem a competência de

- (A) assinar as resoluções com o presidente.
- (B) supervisionar a assessoria jurídica do CFM.
- (C) exercer o juízo de admissibilidade nos pedidos de revisão para apreciação plenária.
- (D) autorizar a abertura de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.
- (E) auxiliar e substituir o secretário-geral.

QUESTÃO 13

Em relação ao sigilo profissional, a Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica) dispõe que ao médico é vedado revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo

- (A) na investigação de suspeita de crime, quando o médico poderá revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal.
- (B) haja consentimento, por escrito, do paciente.
- (C) no caso de falecimento do paciente.
- (D) quando for depor como testemunha.
- (E) se o fato for de conhecimento público.

QUESTÃO 14

A Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica) garante ao médico o direito de

- (A) recusar-se a realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência.
- (B) opor-se à realização de junta médica solicitada pelo paciente ou por seu representante legal.
- (C) exercer simultaneamente a medicina e a farmácia, desde que se mantenha registrado concomitantemente nos conselhos profissionais de fiscalização de ambas as profissões.
- (D) receber remuneração por valores vinculados ao sucesso da causa, quando exercer a função de perito ou de auditor.
- (E) participar do processo de diagnóstico da morte ou da decisão de suspender meios artificiais para prolongar a vida do possível doador, quando for pertencente à equipe de transplante.

QUESTÃO 15

A Resolução CFM nº 2.306/2022 (Código de Processo Ético-Profissional) prevê que, na sindicância ou no processo ético-profissional, há suspeição do conselheiro

- (A) que solicite a sua substituição após ter sido nomeado sindicante, instrutor ou relator.
- (B) que esteja litigando, judicial ou administrativamente, contra os interesses de uma das partes ou respectivo cônjuge ou companheira.
- (C) que tenha cônjuge, companheira, qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, que esteja postulando como defensor público, dativo ou advogado.
- (D) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau.
- (E) quando seja parte seu cônjuge, companheira ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

QUESTÃO 16

Com base na Resolução CFM nº 2.306/2022 (Código de Processo Ético-Profissional), acerca do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinale a alternativa correta.

- (A) O TAC não poderá ser proposto pelo sindicante.
- (B) Em relatório fundamentado, a Presidência declarará o cumprimento dos termos contidos no TAC e enviará os autos à Corregedoria para arquivamento.
- (C) O TAC pode ser firmado na sindicância que tenha a figura do denunciante no polo ativo.
- (D) A audiência para firmar o TAC deve ser presencial, as demais podem ser realizadas em ambiente eletrônico.
- (E) No TAC, é obrigatória a denominada cláusula de suspensão da sindicância, a qual fixa o prazo de suspensão da sindicância, não superior a 180 dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL
Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

Com base nas previsões constitucionais quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a alternativa que apresenta corretamente direitos inerentes àqueles que, após a aprovação no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva, porventura forem convocados para admissão pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

- (A) Fundo de garantia do tempo de serviço; irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; e repouso semanal remunerado.
- (B) Proteção da compensação de jornada na forma da lei, constituindo crime sua proibição; e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 20% à do normal.
- (C) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 90 dias; e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- (D) Licença-assiduidade e licença-paternidade.
- (E) Aposentadoria e majoração dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Área livre

QUESTÃO 18

A respeito do exercício da Medicina, com base nas previsões legais contidas na Lei nº 12.842/2013, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Federal de Medicina não detém competência para editar normas com o intuito de definir o caráter experimental de procedimentos em Medicina.
- (B) O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, guiado por suas crenças e sentimentos pessoais.
- (C) A aspiração nasofaríngea ou orotraqueal é atividade privativa do médico.
- (D) A denominação "médico" é privativa do graduado em curso superior de Medicina reconhecido, vedada a denominação "bacharel em Medicina".
- (E) As atividades privadas de médico aplicam-se ao exercício regular da Odontologia.

QUESTÃO 19

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018 – determina que as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, além do princípio da boa-fé, os princípios

- (A) da prevenção, da discriminação e da responsabilização.
- (B) da qualidade dos dados, da transparência e da insegurança.
- (C) da finalidade, da adequação e da necessidade.
- (D) dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis.
- (E) do banco de dados, do controlador e do operador.

QUESTÃO 20

Nos termos da Lei nº 13.853/2019, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, é composto por

- (A) 5 membros representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente da República, permitida a delegação, e a participação é remunerada.
- (B) 23 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente da República, permitida a delegação, e a participação não é remunerada.
- (C) 23 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente do Senado Federal, permitida a delegação, e a participação é remunerada.
- (D) 19 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente da República, vedada a delegação, e a participação não é remunerada.
- (E) 5 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente do Senado Federal, permitida a delegação, e a participação é remunerada.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

O Código de Processo Ético-Profissional (CPEP), no âmbito do Conselho Federal de Medicina (CFM) e dos Conselhos Regionais de Medicina (CRM), foi aprovado pela Resolução CFM nº 2.306/2022. No que tange às sindicâncias, assinale a alternativa correta.

- (A) A desistência por parte do denunciante não poderá implicar o arquivamento da sindicância.
- (B) No curso da investigação, não serão permitidos atos de instrução mais complexos, como a solicitação de parecer de Câmara Técnica, mas será admitida a oitiva de testemunhas.
- (C) A sindicância tramitará no CRM do local da ocorrência do fato por até 90 dias. Tal prazo poderá ser prorrogado sucessivamente, caso haja a devida justificação.
- (D) Havendo elementos fáticos e documentais suficientes na sindicância, o conselheiro poderá elaborar o relatório conclusivo de imediato, que será levado à Câmara para apreciação, sem a necessidade de nenhum outro ato.
- (E) Quando houver instauração de processo ético-profissional (PEP), no prazo de 15 dias corridos, caberá recurso da parte denunciada e da parte denunciante quanto aos artigos capitulados.

QUESTÃO 22

A Resolução CFM nº 2.306/2022 apresenta a seguinte consideração: “Conselhos de Medicina são, ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, utilizando todos os meios a seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente”. Com base nessa legislação, acerca do processo ético-profissional (PEP), assinale a alternativa correta.

- (A) No PEP que envolver matéria de complexidade científica, o instrutor deverá requisitar parecer de Câmara Técnica, o qual terá caráter pericial.
- (B) No curso da instrução probatória, entre outras hipóteses, surgindo fatos novos, o instrutor poderá aditar o relatório conclusivo da sindicância para inserir outros fatos e artigos, além de incluir novos denunciados.
- (C) As oitivas do denunciante, das testemunhas e do denunciado não poderão ser realizadas em uma só audiência, ressalvando-se que as testemunhas indicadas pelo instrutor poderão ser ouvidas em qualquer fase processual, garantindo-se o contraditório.
- (D) O sindicante não poderá ser designado como relator do PEP, mas poderá participar do julgamento, sem, no entanto, ter poderes para emitir voto.
- (E) O denunciado, devidamente citado, que deixar de apresentar defesa prévia, ainda que informe nos autos seu desejo de não a fazer, será considerado revel.

QUESTÃO 23

Com base no Código de Processo Ético-Profissional, no que se refere aos recursos previstos no processo ético-profissional (PEP), assinale a alternativa correta.

- (A) No Conselho Federal de Medicina (CFM), a Corregedoria, após o recebimento do recurso, o remeterá ao Setor Jurídico para exame de admissibilidade e emissão de nota técnica.
- (B) O recurso interposto ao pleno do CFM da decisão não unânime de uma de suas Câmaras terá apenas efeito suspensivo.
- (C) O prazo para interposição de recurso administrativo é de 15 dias, contados a partir da juntada do comprovante de intimação da decisão nos autos.
- (D) Em grau de recurso, o pleno – do Conselho Regional de Medicina (CRM) ou do CFM – restringe a sua análise apenas às razões recursais, pois não tem como escopo a análise de toda a matéria discutida nos autos do processo.
- (E) O agravamento da sanção imposta no CRM poderá ocorrer se houver a interposição de recurso pelo denunciante e (ou) pelo denunciado.

QUESTÃO 24

De acordo com o regramento do Código Civil acerca da chamada cláusula de reversão nos contratos de doação, assinale a alternativa correta.

- (A) O doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, visto que o direito brasileiro proíbe a cláusula de reversão.
- (B) Apenas é admitida a utilização da cláusula de reversão quando o doador não possuir descendentes vivos no ato da liberalidade.
- (C) A cláusula de reversão tem valor jurídico somente para os contratos de doação formalizados na vigência do Código Civil de 1916, pois ela foi proibida pelo Código Civil de 2002.
- (D) Estipular a cláusula de reversão em favor de terceiro é lícito.
- (E) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário.

QUESTÃO 25

Suponha que, durante a tramitação de um processo de natureza indenizatória, em primeiro grau de jurisdição, tenha sido suscitado pelo credor o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Após regular o processamento, o juiz decidiu por responsabilizar um sócio da empresa ré, julgando procedente o incidente. De acordo com o Código de Processo Civil, qual é o recurso cabível contra o ato do juiz que julga procedente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica?

- (A) Agravo retido
- (B) Embargos de divergência
- (C) Agravo de instrumento
- (D) Recurso especial
- (E) Apelação

QUESTÃO 26

Quanto ao regramento da prova pericial, com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito, e a parte, indicar mais de um assistente técnico.
- (B) A arguição de suspeição do perito pode ser formulada pela parte interessada em até 15 dias após a apresentação do laudo pericial em juízo.
- (C) Ao juiz é vedado determinar, em substituição à perícia, a produção de prova técnica simplificada quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- (D) O juiz não poderá determinar de ofício a realização da prova pericial, em atenção ao princípio dispositivo.
- (E) Uma vez requerida pelas partes a perícia, ela não poderá ser indeferida, ainda que a prova do fato não dependa de conhecimento especial de técnico.

QUESTÃO 27

Em relação aos poderes da Administração Pública, no âmbito da doutrina e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) É inconstitucional a atribuição do exercício do poder de polícia de trânsito às guardas municipais, mesmo para a imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- (B) Poder discricionário é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e para permitir a sua efetiva aplicação.
- (C) Os poderes administrativos são outorgados aos agentes do poder público para lhes permitir atuação voltada aos interesses da coletividade, razão pela qual, em regra, são renunciáveis.
- (D) Em sentido amplo, o poder de polícia configura-se como atividade administrativa, que consubstancia verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da Administração, consistente no poder de restringir e condicionar a liberdade e a propriedade.
- (E) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Área livre

QUESTÃO 28

No que concerne à responsabilidade civil do Estado, à luz do texto constitucional de 1988, da doutrina e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever da vítima ou dos seus familiares provar a existência do nexo causal entre o ato e o dano.
- (B) O Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido por policiais durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, desde que o jornalista tenha cumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física.
- (C) Caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, mesmo quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- (D) Em operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco administrativo, será objetiva a responsabilidade civil do Estado quando não for possível afastá-la pelo conjunto probatório, recaindo sobre ele o ônus de comprovar possíveis causas de exclusão.
- (E) São prescritíveis as ações indenizatórias por danos materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

QUESTÃO 29

De acordo com os conceitos definidos pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (B) Os serviços e fornecimentos contínuos dizem respeito a serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.
- (C) Projeto executivo diz respeito ao conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- (D) Serviço especial de engenharia é todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.
- (E) Bens e serviços comuns são aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, exigem justificativa prévia do contratante.

QUESTÃO 30

A respeito das disposições relacionadas ao processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.
- (B) Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, com prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
- (C) A Administração tem a discricionariedade de emitir decisão nos processos administrativos e acerca das solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- (D) No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de até dois setores, órgãos ou entidades deverão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria.
- (E) Os atos administrativos poderão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensarem ou declararem a inexigibilidade de processo licitatório.

QUESTÃO 31

Acerca das ações constitucionais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O *habeas corpus* será utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais.
- (B) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, a ação constitucional aplicável será o *habeas data*.
- (C) Quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, a ação constitucional cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por outras garantias constitucionais, será o mandado de segurança.
- (D) Sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, a garantia constitucional aplicável será o *habeas data*.
- (E) Para a retificação de dados, quando não se prefere fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, a garantia constitucional aplicável é o mandado de injunção.

Área livre

QUESTÃO 32

No que se refere à organização e à repartição de competências do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios emitir moeda.
- (B) É de competência da União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.
- (C) Legislar acerca do direito tributário, financeiro, econômico e urbanístico é competência privativa da União.
- (D) Compete privativamente à União legislar a respeito de procedimentos em matéria processual.
- (E) Incumbe à União, com exclusividade, cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas com deficiência.

QUESTÃO 33

No que concerne à organização dos Poderes da República Federativa do Brasil, contida no texto constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O julgamento anual das contas prestadas pelo presidente da República e a apreciação dos relatórios referentes à execução dos planos de governo competem ao Tribunal de Contas da União, com auxílio do Congresso Nacional.
- (B) Incumbe privativamente ao presidente da República autorizar referendo e convocar plebiscito.
- (C) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio compete, com exclusividade, ao Congresso Nacional.
- (D) É da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- (E) É da competência exclusiva do Congresso Nacional manter relações com Estados estrangeiros e acreditar em seus representantes diplomáticos.

Área livre

QUESTÃO 34

No que diz respeito à disciplina dos Tribunais de Contas na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Prestarão contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) tão somente as pessoas físicas ou jurídicas de direito público que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.
- (B) Incumbe ao TCU apreciar e julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias, a contar de seu recebimento.
- (C) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (D) Cabe ao TCU julgar as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal.
- (E) Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como as nomeações para cargo de provimento em comissão.

QUESTÃO 35

Quanto ao estudo dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos e as garantias expressos no texto constitucional excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, bem como os tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (B) Diante da grave crise econômica que assola o País, mesmo para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, é necessário efetuar o pagamento do primeiro registro civil de nascimento.
- (C) Para tão somente os que solicitam preferência processual, seja no âmbito judicial, seja na esfera administrativa, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (D) De acordo com a lei, a prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, sujeito a pena de detenção.
- (E) Nos termos da lei, é assegurado o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa que indica apenas impostos de competência da União.

- (A) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros; imposto sobre produtos industrializados; e imposto sobre grandes fortunas.
- (B) Imposto sobre propriedade territorial rural; imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; e imposto sobre grandes fortunas.
- (C) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; imposto sobre propriedade de veículos automotores; e imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- (D) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros; imposto sobre propriedade predial e territorial urbana; e imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (E) Imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; imposto sobre produtos industrializados; e imposto sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

QUESTÃO 37

No que concerne a tributação, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade médica uniprofissional, quando constituída sob a forma de responsabilidade limitada, não goza de tratamento tributário diferenciado.
- (B) Incide imposto de renda sobre os rendimentos recebidos a título de pensão alimentícia.
- (C) Em se tratando de construção civil, o imposto sempre é devido no local da sede da construtora.
- (D) O fato gerador da obrigação de pagamento da anuidade a conselho profissional é o efetivo exercício da profissão.
- (E) O município competente para cobrar o ISSQN sobre serviço prestado pelos laboratórios de análises clínicas é o do local em que foi coletado o material a ser examinado, independentemente de os procedimentos laboratoriais serem executados em município diverso.

Área livre

QUESTÃO 38

Suponha que certa empresa tenha celebrado um acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria, estabelecendo um intervalo intrajornada de 30 minutos para todos os seus empregados. No entanto, a convenção coletiva da categoria, também vigente, prevê um intervalo mínimo de uma hora para essa mesma jornada. Diante disso, e com base na nova redação do art. 620 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.

- (A) A convenção coletiva, por ser norma mais favorável, prevalece sobre o acordo coletivo, sendo obrigatória a concessão do intervalo de uma hora para todos os empregados.
- (B) O acordo coletivo prevalece sobre a convenção coletiva, sendo válido o intervalo de 30 minutos.
- (C) A empresa poderá optar por conceder o intervalo de 30 minutos, previsto no acordo coletivo, ou o de uma hora, previsto na convenção coletiva, a critério da direção.
- (D) A redução do intervalo intrajornada para 30 minutos, prevista no acordo coletivo, é inválida, pois fere o princípio da irrenunciabilidade de direitos trabalhistas.
- (E) A prevalência do acordo coletivo sobre a convenção coletiva, prevista no art. 620 da CLT, é inconstitucional, pois fere o princípio da norma mais favorável ao trabalhador.

QUESTÃO 39

Considere hipoteticamente que certo conselho profissional tenha contratado uma empresa especializada em segurança para prestar serviços de vigilância em seu prédio. Contudo, a empresa contratada deixou de efetuar os pagamentos das verbas trabalhistas devidas aos vigilantes. Diante dessa situação, e com base na legislação trabalhista vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) O conselho profissional não possui nenhuma responsabilidade pelos pagamentos das verbas trabalhistas não quitadas pela empresa contratada, uma vez que a terceirização é lícita.
- (B) A terceirização do serviço de vigilância é ilegal no caso concreto, pois a atividade-fim do conselho é a fiscalização do exercício profissional, não sendo permitida a terceirização de atividades-meio.
- (C) O conselho profissional responde solidariamente com a empresa contratada pelas verbas trabalhistas não pagas, podendo os vigilantes ajuizar em ação contra qualquer uma das duas ou ambas.
- (D) A responsabilidade do conselho profissional é subsidiária, ou seja, somente será acionado para o pagamento das verbas trabalhistas se a empresa contratada não quitar o débito.
- (E) A responsabilidade do conselho profissional é objetiva, independentemente de culpa ou dolo, devendo arcar com o pagamento das verbas trabalhistas de forma integral.

QUESTÃO 40

Considere hipoteticamente que a empresa de teleatendimento que presta serviços para determinado conselho profissional tenha estabelecido, para seus empregados, por meio de acordo individual, o horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso. Preocupado com tal situação, em especial no que diz respeito a eventual responsabilização da entidade por omissão na fiscalização das regras trabalhistas pelas empresas que lhes prestam serviço, o presidente do conselho pediu uma análise a respeito da legalidade da jornada adotada pela empresa terceirizada. Diante dessa situação, e com base na legislação trabalhista, é correto afirmar que a jornada 12 x 36

- (A) somente pode ser estabelecida por meio de acordo coletivo de trabalho, sendo vedada a negociação individual.
- (B) pode ser estabelecida por meio de acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, devendo ser observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.
- (C) deve ter sua remuneração inferior àquela paga para a jornada de 8 horas diárias, em razão do maior período de descanso.
- (D) é obrigatória para todas as empresas que operam 24 horas por dia.
- (E) pode ser aplicada apenas a trabalhadores que exercem atividades de segurança patrimonial, não sendo possível sua utilização por empresas de teleatendimento, ainda que operem 24 horas por dia.

QUESTÃO 41

Suponha que certa operadora de planos de saúde tenha firmado contrato com um médico para a prestação de serviços de telemedicina. O médico receberá 50% do valor de cada consulta agendada pela operadora e trabalhará remotamente em sua residência ou em consultório particular. Ele deve estar conectado das 8 horas às 12 horas, de segunda a sexta-feira, e utilizar sua assinatura digital pessoal e intransferível para emissão de receitas e registro de atendimento no sistema próprio de gestão de recursos humanos do plano de saúde, comprometendo-se, com exclusividade, a atender apenas a consultas agendadas pela operadora no turno matutino. Em relação a essa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) O médico não possui vínculo empregatício com a operadora de plano de saúde, dada a inexistência de subordinação jurídica, visto não ser possível o controle sobre a qualidade das consultas realizadas.
- (B) O médico atua como autônomo, sem contrato de trabalho, dado não possuir salário fixo mensal.
- (C) O médico é empregado da operadora de plano de saúde, pois estão presentes todos os requisitos caracterizadores do contrato de trabalho na legislação trabalhista.
- (D) Sem a obrigatoriedade de gravação das consultas, não é possível afirmar com certeza que o atendimento foi realizado pelo médico, razão pela qual está ausente o requisito da pessoalidade, essencial para o reconhecimento do contrato de trabalho.
- (E) Tendo em vista que os riscos da atividade são assumidos exclusivamente pelo médico, não existe relação de trabalho.

QUESTÃO 42

Considere que um estudante de 21 anos de idade trabalhe em uma clínica médica há mais de um ano. Com a proximidade das férias escolares, informou ao seu chefe acerca do interesse em tirar férias também no trabalho, fazendo-as coincidir com o período em que estarão suspensas as aulas na faculdade. Diante dessa situação hipotética, e com base na legislação trabalhista vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo em vista se tratar de um estudante, existe previsão expressa na legislação garantindo seu direito de fazer coincidir suas férias laborais com as férias escolares.
- (B) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.
- (C) O empregador poderá estabelecer que as férias do estudante deverão ser usufruídas em três períodos de 10 dias, sendo que apenas um deles poderá coincidir com as férias escolares.
- (D) Caso o estudante tenha algum familiar que trabalhe na mesma clínica, ambos terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem, mesmo que isso resulte em eventual prejuízo para o serviço.
- (E) Apenas ao trabalhador maior de 14 anos e menor de 24 anos de idade inscrito em programa de aprendizagem e formação técnico-profissional é assegurado o direito de fazer coincidir suas férias laborais com as férias escolares.

QUESTÃO 43

Em relação à organização da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) São órgãos da Justiça do Trabalho o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os juízes do Trabalho.
- (B) Nas comarcas não abrangidas por jurisdição de Vara do Trabalho, a lei poderá atribuí-la aos juízes federais.
- (C) O Tribunal Superior do Trabalho, com sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional, é composto por 17 ministros.
- (D) Excetuadas as hipóteses de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público e dos julgamentos em sessões administrativas, em que votará como qualquer outro juiz, o presidente de Tribunal Regional do Trabalho somente terá voto de desempate.
- (E) O princípio da identidade física do juiz é regra que se aplica ao processo em tramitação nas Varas do Trabalho.

Área livre

QUESTÃO 44

No que se refere à representação processual e ao benefício da gratuidade na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A reclamação trabalhista do empregado menor de 18 anos de idade será realizada, preferencialmente, pelo Ministério Público do Trabalho.
- (B) Verificada a irregularidade de representação da parte na instância originária, o juiz, de plano, extinguirá o processo, sem resolução de mérito.
- (C) O *jus postulandi* das partes assegura que os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e interpor recursos ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) Se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar pelo respectivo advogado.
- (E) O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso.

QUESTÃO 45

No que concerne à liquidação de sentença e à execução trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) Na fase de execução na Justiça do Trabalho, os processos são levados à livre distribuição.
- (B) Se for ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, momento em que se poderá modificar ou inovar a sentença liquidanda, bem como rediscutir matéria pertinente à causa principal.
- (C) Tendo em vista a existência de regra específica na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no que diz respeito à nomeação de bens à penhora pelo devedor, não é aplicável, na Justiça do Trabalho, a ordem preferencial prevista no art. 835 do Código de Processo Civil.
- (D) A sentença de liquidação, por se tratar de ato decisório com natureza definitiva, é recorrível de imediato por meio de embargos à execução.
- (E) A prescrição intercorrente no processo do trabalho ocorre no prazo de dois anos, contados do momento em que o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

Área livre

QUESTÃO 46

Suponha que um trabalhador tenha decidido ingressar com uma ação trabalhista contra seu ex-empregador. Considerando que o valor total da indenização que buscava era inferior a 40 salários mínimos, optou por utilizar o procedimento sumaríssimo, que é mais célere. No entanto, ao analisar a petição inicial, o juiz identificou algumas especificidades: o trabalhador indicou três testemunhas para comprovar seus fatos e não especificou um valor exato para a indenização. Diante dessa situação, o juiz deverá

- (A) extinguir o processo com resolução de mérito, por falta de interesse processual.
- (B) extinguir o processo sem resolução de mérito, por inépcia da petição inicial.
- (C) proferir sentença de parcial procedência, julgando improcedentes os pedidos que não foram especificados.
- (D) determinar que o trabalhador emende a petição inicial, no prazo legal, indicando apenas duas testemunhas e o valor líquido e certo de cada pedido formulado, sob pena de extinção do processo.
- (E) conceder prazo para que o trabalhador indique apenas uma testemunha.

QUESTÃO 47

Uma empresa prestadora de serviços para determinado conselho federal foi condenada em uma ação trabalhista, tendo a sentença transitado em julgado. Posteriormente, a empresa descobriu a existência de um documento que comprova que o empregado, à época da prestação de serviços, possuía uma doença preexistente que o incapacitava para o exercício das funções. Considerando que esse documento não era conhecido pelas partes no momento do processo, assinale a alternativa que indica a medida judicial adequada para a empresa tentar desconstituir a coisa julgada nesse caso hipotético.

- (A) Apresentar agravo de instrumento.
- (B) Interpor recurso ordinário.
- (C) Ajuizar ação rescisória.
- (D) Impetrar mandado de segurança.
- (E) Interpor recurso de revista.

Área livre

QUESTÃO 48

No Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o bloco de assinatura é a funcionalidade utilizada para que um documento seja assinado por um ou mais usuários de unidades diferentes da unidade elaboradora. Com base nesse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O bloco de assinatura permite a assinatura simultânea de vários documentos, com ou sem visualização de seus conteúdos.
- (B) É possível disponibilizar bloco de assinatura para a unidade geradora do processo.
- (C) O bloco de assinatura pode ser disponibilizado para, no máximo, duas unidades distintas.
- (D) Não é possível assinar documentos de um bloco de assinatura antes da sua disponibilização.
- (E) O SEI não permite a inclusão de um único documento em vários blocos de assinatura.

QUESTÃO 49

Acerca das operações básicas com processos, previstas no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assinale a alternativa correta.

- (A) Para garantir a segurança das informações, os processos abertos indevidamente no SEI não podem ser excluídos.
- (B) O envio de um processo para outra unidade sem selecionar a opção “manter processo aberto na unidade atual” não tem o mesmo efeito de proceder à conclusão do processo.
- (C) Somente é possível reabrir um processo que já tenha passado pela unidade em que a operação é efetuada.
- (D) A alteração do tipo de um processo será permitida apenas para a unidade que o criou.
- (E) Os processos sigilosos, para melhor organização e controle, devem ser incluídos em acompanhamento especial.

QUESTÃO 50

Segundo o previsto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o usuário externo é pessoa autorizada a visualizar processos e documentos do SEI. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os documentos externos podem ser liberados para assinatura por usuário externo.
- (B) A concessão de acesso ao usuário externo terá prazo de validade de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) O usuário externo não pode obter autorização para assinatura de documentos internos.
- (D) Os processos restritos e sigilosos não permitem que usuários externos possuam autorização de acesso.
- (E) O usuário externo poderá obter a visualização integral de um processo, bem como de todas as suas atualizações posteriores à disponibilização do acesso.

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo. A falta de observação dessa orientação acarretará a anulação da prova do candidato.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, o texto a seguir.

O número de processos ético-profissionais (PEPs) instaurados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) subiu 55% nos últimos quatro anos, alta muito superior ao aumento no número de profissionais no mesmo período (25%). Foram 729 processos abertos em 2023 contra 470 em 2019.

O volume de PEPs de 2022 foi ainda maior, com 831 processos abertos, número recorde desde 2015. Até então, o número anual de processos ético-profissionais ficava entre 300 e 600 casos instaurados.

Os dados são do próprio CFM e foram obtidos pela *Fiquem Sabendo*, organização sem fins lucrativos especializada em transparência pública. As estatísticas foram disponibilizadas no Portal da Transparência do CFM.

[...]

No total, 868 processos éticos foram julgados no pleno e nas câmaras do CFM em 2022, somando 1.035 médicos envolvidos. Desses, o órgão considerou que 709 desrespeitaram o Código de Ética Médica, dos quais 34 foram punidos com a cassação do direito de exercer a profissão. Do restante, 301 foram absolvidos e 25 casos foram extintos. Nos casos de desrespeito, os profissionais podem ser punidos ainda com advertências e suspensão temporária do registro.

Já em 2023, 712 processos foram julgados no pleno e nas câmaras do CFM, somando 859 médicos envolvidos. Desses, o órgão considerou que 595 desrespeitaram o Código de Ética Médica, dos quais 16 foram punidos com a cassação do direito de exercer a profissão.

Do restante, 231 foram absolvidos, 30 casos foram extintos e 3 foram anulados. Os casos que são julgados no pleno são aqueles que envolvem cassação e interdição cautelar dos profissionais.

O CFM informou que, no ano passado, as especialidades que tiveram mais punições nos julgamentos no pleno foram ginecologia e obstetrícia (23,8%), clínica médica (11,9%) e cirurgia plástica (9,5%), respectivamente.

Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/numero-de-processos-eticos-contra-medicos-abertos-pelo-cfm-cresce-55-em-quatro-anos-nprm/>>. Acesso em: 10 out. 2024, com adaptações.

As infrações éticas são investigadas por meio de sindicâncias e de processos ético-profissionais, regulamentados pelo Código de Processo Ético-Profissional. Considerando o caráter meramente motivador do texto apresentado, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema “Interdição cautelar do exercício da Medicina”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- i. condições para aplicação da interdição cautelar; [3,0 pontos]
- ii. quórum e deliberação da interdição; [1,0 ponto]
- iii. prazo, condições e julgamento de eventual recurso; e [3,0 pontos]
- iv. consequências da interdição. [3,0 pontos]

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento